



APRESENTAÇÃO

O RACISMO EM PAUTA: DENÚNCIAS E REVELAÇÕES

Tânia Mara Pedroso Müller¹
Paulino de Jesus Cardoso²

O jogador Tinga foi vítima de racismo durante a partida entre o time Cruzeiro e o Real Garcilaso, em Huancayo, no Peru, pela *Taça Libertadores*, na quarta-feira dia 12/02/2014. Os torcedores locais imitavam sons de macacos a cada vez que Tinga pegava a bola. O fato teve repercussão nacional e internacional. Pessoas de todas as tribos, clubes, partidos, classes sociais, gênero, autoridades, e a mídia manifestaram-se contra o ocorrido.

A australiana Luiza Garcia, residente no Brasil há cinco anos, foi presa no DF na sexta-feira (14/02) num salão de beleza da superquadra 115 Sul, por crime de racismo ao “agredir e ofender duas funcionárias e uma cliente negras além de desacatar um policial militar, também negro, que a conduziu à delegacia”³, chamando-os de “raça ruim”.

Esses dois fatos, a título de ilustração, causaram grande impacto na população, tanto no momento do episódio como posteriormente. Sendo o Brasil estruturalmente racista, apesar de algumas tentativas de negação, surpreende-nos esta mobilização. O que nos faz pensar na pergunta do antropólogo Roberto Da Matta, “O que faz o Brasil, Brasil?”

O jogador contou com apoio de diferentes atores, e a australiana, como se pode ler nas diferentes notas na imprensa, teve o nome ocultado e foi denominada apenas como “suposta agressora”, a despeito do flagrante, de testemunhas e registros em vídeo.

¹ Pós-doutoranda em Antropologia Social pela USP e Professora da Faculdade de Educação da UFF. Editora da Revista da ABPN.

² Doutor em História Social pela PUC-SP, Coordenador do NEAB-UDESC, Professor de História na UDESC e Presidente da ABPN.

³ Australiana presa por racismo em Brasília é solta. <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/02/australiana-presa-por-racismo-em-brasilia-e-solta.html>. Acesso 17/02/2014.



Apesar de o crime ser inafiançável, ela teve a liberdade provisória concedida pela Justiça, no sábado (15/2), em menos de 24 horas de prisão.

Tais ocorrências atualizam a tese de Da Matta sobre “a diferença entre pessoa e indivíduo”? Todos os dias ocorrem e assistimos atos explícitos de discriminação decorrentes do racismo estrutural da sociedade brasileira. Onde estão as punições e as manifestações de apoio a tantos José, Maria, João, da Silva, Souza, Santos?

Todos os atos discriminatórios só confirmam a recente (não para nós) constatação de Doudou Diène, relator da ONU encarregado de avaliar o racismo no mundo:⁴ “A discriminação constitui o pilar ideológico deste hemisfério, e isso inclui o Brasil”.

Nesta perspectiva, a Revista da ABPN se posiciona como espaço permanente de denúncia dos acontecimentos e eventos não privilegiados pela mídia nem pelos demais espaços, inclusive os acadêmicos. É nossa meta a divulgação de trabalhos e estudos de pesquisadores e ativistas negros e lançar novas luzes sobre as especificidades históricas e reflexões que tenham como o foco o a população negra, o racismo e a luta antirracista.

Os textos aqui reunidos versam sobre estratégias e mecanismos políticos, perspectivas explicativas, discussões teóricas e historiográficas, conexões entre formas de enfrentamento do racismo e possibilidades de superação.

Iniciamos com o artigo de Mário Luiz de Souza, *Racismo como instrumento epistemológico e político para o entendimento da situação da população negra na sociedade brasileira*, elucidativo sobre os estudos que tomam a categoria racismo como principal foco de análise, destacando sua validade. No entanto, o autor alerta para que o uso descomedido dessa categoria não engesse os estudos sobre a população negra.

Em *Movimentos Sociais e Negritude no Brasil*, José Geraldo da Rocha tem como objeto de análise o Movimento Negro, refazendo seu contexto político e histórico e sua contribuição para repensar a dignidade e a cidadania de negros e negras ao tornar sua principal bandeira de luta o combate ao racismo.

Maria Cecília Cortez Christiano de Souza delinea, em *O medo de que os negros entrem na escola: a recusa do direito à educação no Brasil*, o percurso histórico da negação do Estado em oferecer educação à população negra no Brasil. A autora

⁴ Revista Raça, n. 93. <http://racabrasil.uol.com.br/Edicoes/93/artigo12649-1.asp> acesso 14/02/0014.



argumenta que a recusa do Estado em oferecer escola para a população negra tem como referência o medo de rebeliões escravas no século XIX e, posteriormente, nas teorias racistas que deram caução científica à inutilidade da escola para essa população.

O artigo *A identidade política e social quilombola no Brasil do século XXI* de Diosmar M. Santana Filho e Guiomar Inez Germani tem como propósito apresentar a política pública para o acesso e direito a terra no Estado brasileiro, tomando como referência o Artigo 68 dos Atos dos Dispositivos Constitucionais Transitórios (ADCT) que tornou dever do Estado o reconhecimento da territorialidade e temporalidade dos territórios quilombolas.

A entrada no ensino superior impõe o enfrentamento de diferentes embates para alunos negros e negras e lutas diárias para sua superação: dificuldades materiais, formas silenciosas como falta de familiaridade com temas acadêmicos, discriminação racial e territorial nos espaços universitários, entre outros. Alguns, como autodefesa, optam pela negação de suas origens étnicas e/ou socioterritoriais para garantir uma permanência menos atribulada na universidade. Com a intenção de investigar como superam essas dificuldades e como o Estado apoia esses estudantes na sua trajetória acadêmica sem que tenham que negar sua identidade, Francisco Marcelo da Silva estuda o *Programa Conexões de Saberes*, como relata no texto *O desafio da des-re-territorialização para estudantes negros/as moradores/as de favela na universidade pública: o caso do programa conexões de saberes*.

Francisco Thiago Silva, Raquel de Almeida Moraes e Livia Freitas Fonseca Borges, em *Educação das relações étnico-raciais a distância: um debate curricular na formação de professores do Distrito Federal*, identificam percalços e avanços na formação continuada de professores num curso de Educação para a Igualdade Étnico-Racial promovido pela rede pública de ensino do DF em 2011, na modalidade a distância, revelando uma contradição: a ausência de uma efetiva inserção das questões étnico-raciais como temática nas políticas de formação docente nos cursos e no Projeto Político Pedagógico no Distrito Federal.

Em *Sons, performances e celebrações: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Florianópolis/SC*, Karla Leandro Rascke apresenta o resultado de suas investigações sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito situada em Desterro/Florianópolis, com o objetivo de



compreender o funcionamento da instituição e relações entre seus membros, mas tendo como foco principal os aspectos culturais constituintes dos sujeitos históricos no final do século XIX e início do XX.

Mábia Camargo e Aparecida de Jesus Ferreira constataram o silenciamento ainda existente sobre as questões étnico-raciais no livro didático de língua inglesa, ao verificar como estas eram trabalhadas no livro didático e de que forma as identidades de raça estão sendo representadas. Concluíram o artigo *O racismo cordial no livro didático de língua inglesa aprovado pelo PNL* afirmando que o livro didático não gera o debate sobre o racismo, ao contrário do que pressupõe os documentos oficiais.

Joselina da Silva e Maria Cleide Rodrigues Bernardino, no texto *A democracia racial em desfile: concursos de beleza na década de sessenta*, discutem a representação racial da democracia brasileira, metaforizada nos concursos de beleza nos anos da ditadura militar, presente nos discursos de mulheres e homens negros apurados em entrevistas.

Em *A ginástica nacional brasileira: branqueamento e mestiçagem nas cantigas de capoeira*, Marcelo Cucco analisa de que forma ocorreu o processo de branqueamento da capoeira, atualmente considerada manifestação cultural associada à cultura negra brasileira, bem como sua transformação em ginástica nacional brasileira norteadora das políticas públicas republicanas das primeiras décadas do século XX. Para isso, toma como objeto de análises algumas cantigas cantadas por antigos mestres, ainda hoje utilizadas em rodas de capoeira.

Terminamos este número com a entrevista *A Dança dos Orixás: o Mestre Augusto Omolu*. O autor Antônio Marcos Ferreira Junior resgata a entrevista realizada com Mestre Augusto Omolu, brutalmente assassinado em Salvador no ano de 2013. Ator, mestre em Dança dos Orixás na Escola Internacional de Teatro Antropológico (ISTA); professor da Escola de Dança da Fundação Cultural da Bahia; bailarino do Teatro Balé Castro Alves; detentor do cargo de *Ogan* de candomblé e fundador da ONG – *Iaô Ilê Augusto Omolu*.

Os artigos apresentados neste número da revista, bem como os fatos apresentados na abertura do texto, confirmam que o racismo se manifesta em diferentes espaços e tempos, alertando que não podemos abrandar nas ações, denúncias, mobilizações e punições e, particularmente, nas pesquisas e estudos com vista a



superação do racismo. Vale lembrar o que dizem diariamente tantos Tingas: “Me machucou como machuca muitas pessoas que sofrem isso. Sei que não vamos mudar o mundo, mas se cada um tentasse mudar dentro de casa já seria um ganho”. E como já discutimos muitas vezes e defendemos em todas as nossas pautas reivindicatórias “a educação é a melhor forma de combater o racismo”.